

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica  
Volume 14 | Número 1 | Janeiro – Junho 2020  
ISSN 1981-5875  
ISSN (online) 2316-9699

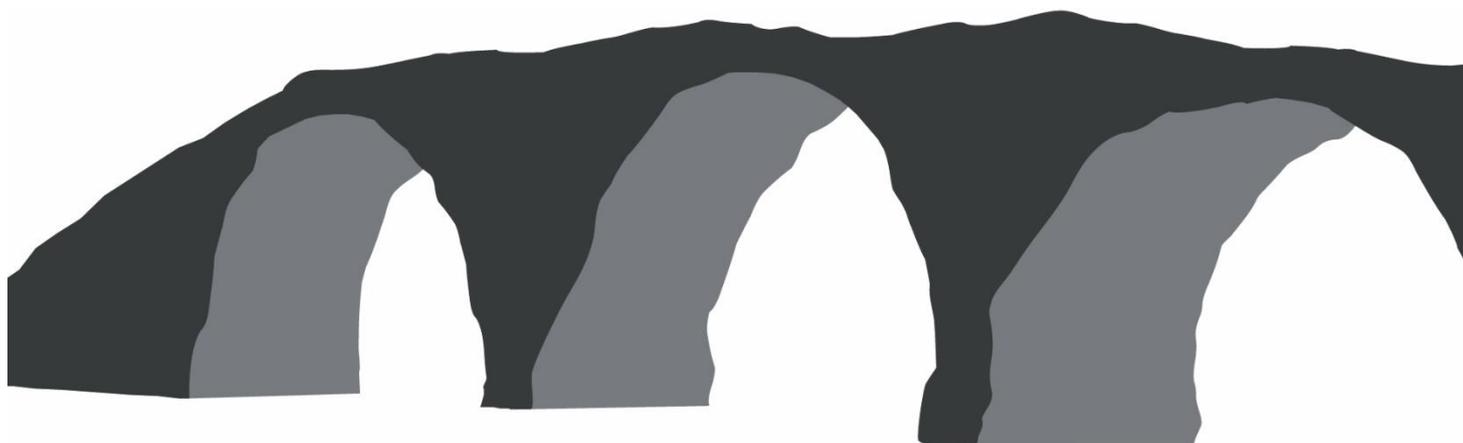
**GRADES PARA O EU, GRADES PARA O QUE ME TORNAM**

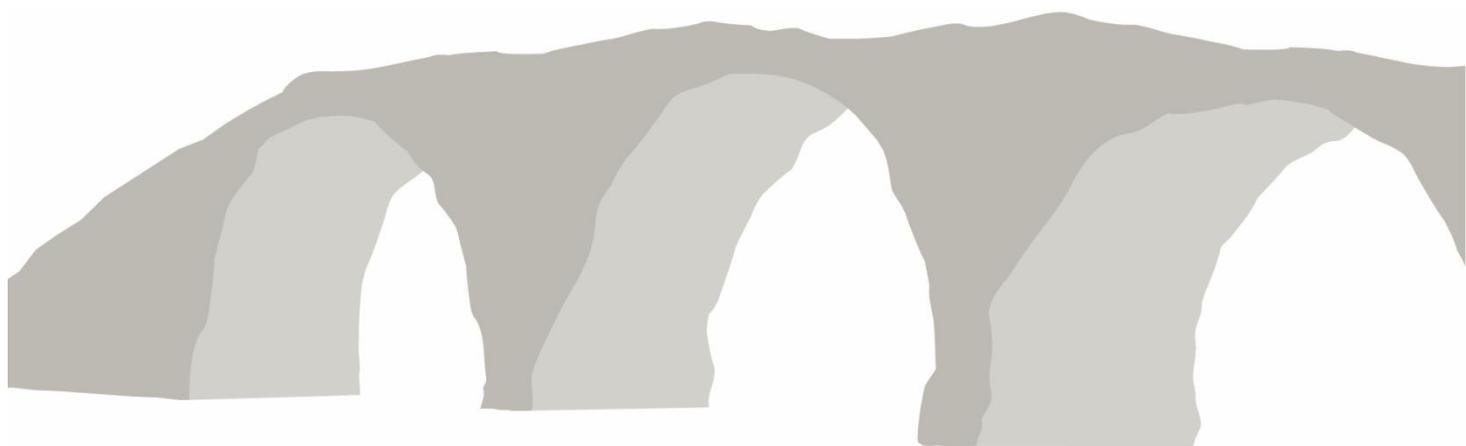
**REJAS PARA MI, REJAS PARA LO QUE ME TORNAN**

**GRIDS TO ME, GRIDS TO WHAT BECOME ME**

Maurício Rocha

Leandro Domingues Duran





*Recebido em: 27/03/2020.*

*Revisado em: 09/05/2020.*

*Aceito em: 11/05/2020.*

GRADES PARA O EU, GRADES PARA O QUE ME TORNAM

REJAS PARA MI, REJAS PARA LO QUE ME TORNAN

GRIDS TO ME, GRIDS TO WHAT BECOME ME

Maurício Rocha<sup>1</sup>

Leandro Domingues Duran<sup>2</sup>

---

RESUMO

A sociedade marginal que a prisão dá à luz recheia incontáveis pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais que conhecem as cores desse contorno com segurança. No entanto, poderia a arqueologia contribuir à sua maneira no fortalecimento do discurso de proteção da dignidade humana encarcerada? A arqueologia do tempo presente que aqui se propõe entende que é preciso tentar. Nas linhas que seguem, apresentamos análise de “chunchos” e facas - armas apreendidas em celas do Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto, em Sergipe. Além de considerações sobre relações sociais estabelecidas formalmente dentro do cárcere extraídas de objetos do cotidiano dos apenados e em quais balizas conceituais da disciplina a pesquisa precisou esbarrar.

**Palavras-chave:** Arqueologia do Tempo Presente, Cárcere, Resistência.

---

<sup>1</sup> Arqueólogo pelo Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe; Praça Samuel de Oliveira, s/n - Centro, Laranjeiras - SE, 04917-000. E-mail: [mauriciocharm@gmail.com](mailto:mauriciocharm@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6816-9721>.

<sup>2</sup> Departamento de Arqueologia, Programa de Pós-graduação em Arqueologia - Universidade Federal de Sergipe. Praça Samuel de Oliveira, s/n, Centro, Laranjeiras - SE, 04917-000. E-mail: [leandrodduran@hotmail.com](mailto:leandrodduran@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7636-0692>.

## RESUMEN

La sociedad marginal que da a luz la prisión llena innumerables investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales que conocen los colores de este contorno con confianza. Pero, ¿podría la arqueología contribuir a su manera a fortalecer el discurso de protección de la dignidad humana encarcelada? La arqueología del tiempo presente propuesta aquí comprende que hay que intentarlo. En las líneas que siguen, presentamos un análisis de "chunchos" y cuchillos, armas incautadas en celdas del Complejo Penitenciario Neto Dr. Manoel Carvalho, en Sergipe. Además de las consideraciones sobre las relaciones sociales formalmente establecidas dentro de la prisión extraídas de los objetos cotidianos de los internos y en qué marcos conceptuales de la disciplina tuvo que toparse la investigación.

**Palabras clave:** Arqueología del Tiempo Presente, Cárcel, Resistencia.

## ABSTRACT

The marginal society that the prison gives birth to fills countless researches in the Humanities and Social Sciences that know the colors of this contour with confidence. But could archeology contribute in its own way in strengthening the discourse of protection of imprisoned human dignity? The archeology of the present time proposed here understands that one must try. In the lines that follow, we present an analysis of "chunchos" and knives - weapons seized in cells of the Dr. Manoel Carvalho Neto Penitentiary Complex, in Sergipe. In addition to considerations of social relations within the formally drawn prison of everyday objects of convicts and in which conceptual goals of the discipline research needed bump.

**Keywords:** Archeology of the Present Time, Prison, Resistance.

“[...] UM SALVE PRA COMUNIDADE DO OUTRO LADO DO MURO”<sup>3</sup>

OU, UMA INTRODUÇÃO

Pouca coisa me foi mais excitante que entrar sozinho em um presídio e me ver trancado num pátio com mais de cinquenta pessoas com todo tipo de história. Ou caminhar por um corredor escuro e frio cheio de mãos tatuadas, magras, gordas, pálidas, saindo por entre as grades grossas e velhas. Insistentes, tentando alcançar minha caneta e as folhas do meu caderno. Escutar as centenas de vozes ecoando ao mesmo tempo, as risadas por todo canto, o som dos rádios e televisões. Sentir o ar pesado e cortante que traz aquele cheiro. Uma mistura de mofo, fumaça, comida deixada de lado, concreto úmido e suor de corpos que há muito não sabem o que é circular sem se esbarrar, mas que dificilmente te lembraria outra coisa que não agonia, ódio e morte. Na verdade, o cheiro materializa todo o peso do lugar. Se impregna em tudo que toca e nem o choro mais carregado antes de fechar o chuveiro o leva embora.

No entanto é engraçado como, depois que todo esse ritual já não é mais novidade, os sorrisos tímidos, o bom dia sincero, o vai com Deus com aperto de mão de amigo e olhos apertados contra as bochechas no fim do dia – daqueles que há tempos não veem mais que o portão amarelo da entrada ou a cor do asfalto pelos vãos da cerca externa da cadeia – fazem falta.

Esse envolvimento emocional com a pesquisa e a sua presença ativa no hoje são pontos demarcatórios importantes para a arqueologia do tempo presente que proponho nas páginas que seguem (Buchli & Lucas, 2001; Funari, 1999, 2003; González-Ruibal, 2008, 2012, 2014, 2018; Harrison, 2018; Harrison & Breithoff, 2017; Justamand *et al.*, 2014; Mega *et al.*, 2014; Thiesen, 2013; Zarankin, 2001).

A ideia de presente pode variar bastante dependendo da tradição cultural que nos inunda. Mais objetivamente, o contemporâneo pode ser projetado para trás na tentativa de preencher a lacuna deixada pela arqueologia histórica, resistente em avançar sobre o século XX, por exemplo (González-Ruibal, 2008, 2014, 2018). Bom, mas o que parece certo é que, tratar o tempo presente requer inevitavelmente que repensemos temporalidades modernistas que dão corpo à arqueologia tradicional (González-Ruibal, 2014). Reforço que o mais importante, todavia, é não nos deixar cair na armadilha de separar ou desconectar o presente do passado.

Até onde vai, então, nosso envolvimento emocional? É importante discutirmos isso, pois esse é o aspecto unânime para quem teoriza a contemporaneidade na arqueologia (por exemplo, Buchli & Lucas, 2001; Funari, 1999, 2003; González-Ruibal, 2008, 2012, 2014, 2018; Harrison, 2018; Harrison & Breithoff, 2017; Justamand *et al.*, 2014; Mega *et al.*, 2014; Thiesen, 2013; Zarankin, 2001). Acredito que não precisamos reduzir envolvimento à nossa presença material ou temporal no evento. Há que levarmos em conta a memória coletiva, que pode, inclusive, ser nossa ou não. Também não é obrigatório que só aquilo de que me lembre seja contemporâneo, prefiro pensar naquilo que ainda é vivo no nosso presente ou no presente do grupo social ou da comunidade envolvida no contexto que analiso. A noção de contemporâneo é talvez mais cultural que temporal, é uma noção de persistência e não de sincronia (González-Ruibal, 2018).

A entrada do contemporâneo no jogo do fazer arqueológico força três colunas de sustentação da disciplina. Em primeiro lugar, quando se vão nossos limites temporais somos obrigados a

---

<sup>3</sup> Racionais Mc's, 1997, 10s. Racionais Mc's. (1997). Salve [Música]. Em *Sobrevivendo no inferno*. Cosa Nostra.

buscar outro critério para essa primeira coluna e a saída pode ser abraçar a ideia de que o que nos define, antes de tudo, é a busca de significado em todas e quaisquer criações que a engenhosidade humana é capaz de produzir. Em segundo lugar, ao buscar o presente, podemos abrir mão de escavar e nos obrigamos a olhar a superfície (González-Ruibal, 2018). Por fim, uma arqueologia que estuda o contemporâneo não pode mais ser a ciência perfeita para o passado distante. Mais uma vez abrimos mão de um quase sinônimo que nos deu o peso de autoridade que merecemos no estudo do alvorecer da humanidade, para desenharmos uma disciplina mais ampla, plural, de todos os tempos (González-Ruibal, 2018; Lima, 2011; Harrison & Breithoff, 2017).

Nada do que se propõe neste texto, pois, e o que me propus nesta pesquisa são novidades, reconheço. Fazer arqueologia do presente tem seu espaço, ainda que tímido, entre a comunidade acadêmica desde a década de 1960, em especial 1970 (Buchli & Lucas, 2001; Funari, 1999, 2003; González-Ruibal, 2008, 2012, 2014, 2018; Harrison, 2018; Harrison & Breithoff, 2017; Mega *et al.*, 2014; Thiesen, 2013).

Os conflitos de poder e as lutas sociais tampouco são temas recentes nas ciências humanas. No Brasil pós ditadura, e acompanhando uma tendência global da segunda metade do século XX para cá, a preocupação com o social ganhou espaço e força. Nos aproximamos das demandas colocadas pelos movimentos sociais e, como consequência, começamos a tratar de assuntos do contemporâneo. Aos poucos, a arqueologia tem, em harmonia com outras áreas das humanidades, voltado seus ânimos para questões ligadas a grupos subalternos, manifestando esforços sinceros em fortalecer a discussão sobre a necessidade de pensarmos discursos de poder mais inclusivos, que defendam, de modo geral, a promoção dos direitos humanos e dos povos marginalizados (Justamand *et al.*, 2014; Funari & Oliveira, 2008; Orser Jr. & Funari, 2004).

Encarcerar pessoas também é estratégia antiga e, não se pode negar, a arqueologia tem apresentado belos trabalhos nesse tema. Entretanto parece existir uma seleção daqueles grupos e momentos históricos em que preferimos contribuir. Em geral, principalmente na América, agimos no sentido de colaborar na restituição de memórias e na promoção da justiça em eventos marcados por regimes militares autoritários. Não retiro a importância de pesquisas na arqueologia da Repressão e Resistência como forma de reparar dores profundas em famílias e não deixar que se apague essa memória, dura e deliberadamente diminuída com o fim do regime (Olivier, 2001; González-Ruibal, 2014, 2018). O que chamo atenção é para a inexistência de nossa voz quando penso em encarceramento de pessoas comuns. Também não proponho ainda a discussão sobre o tema. Apenas pontuo que temos sim capacidade de apresentar bons discursos sobre o fenômeno privação de liberdade, como fazemos com qualquer outro tema.

Nesse sentido, o que apresento é uma arqueologia do tempo presente, de presos comuns, com a ideia de que o poder institucional naturalmente produz ataques ao “eu”, que somados ou não – mas geralmente sim – a um deliberado descaso com a vida da pessoa apenas geram, ao mesmo tempo, resistência e senso de identidade. Daí é produzido um contrapoder a partir dos internos e uma outra camada de poder entre eles. E é através da materialidade significada por essas pessoas que busco encontrar evidências de cada um desses aspectos.

Parto da ideia de que o novato enfrenta um desequilíbrio emocional causado por uma ruptura drástica do seu modo de viver, da sua autonomia e de seu lugar social (Goffman, 1974). E a tensão psicológica gerada incentiva formas numerosas de resgate da dignidade através do combate às apropriações e humilhações do sistema (Scott, 2000). Aqui, vamos nos centrar naquelas que ora desafiam a administração da ordem, ora se adaptam a ela, sempre na tentativa de proporcionar provas de autonomia e controle da situação, fugas da realidade experienciada e ganhos pessoais – mas também uma noção de identidade. A resistência apenas se

mantém estável caso consiga produzir coesão, caso una as pessoas em torno de uma “contraideologia” (Scott, 2000). Mas nem tudo são flores, evidente que a violência entre resistentes é também estratégia de manutenção do grupo, não percamos isso de vista.

Seja pela força ou pela identidade de grupo, o espaço de resistência é um refúgio. Cria-se um círculo de relativa segurança e liberdade de expressão – ao menos em relação ao poder legalmente instituído pelo Estado –, de modo que as pessoas que lá vivem abrem-se à possibilidade de materializar uma variadíssima gama de sentimentos, respostas sociais e culturais, críticas ao poder que, as mais das vezes, são produzidas para nunca chegarem aos olhos de quem não vive entre aquelas paredes. Um prato transbordando arqueologia.

Isso posto, devo apresentar agora os objetos que me ajudaram a pensar o cárcere e as pessoas que povoam esses lugares esquecidos por Deus. No começo de novembro de 2018, ainda na fase de elaboração do meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, o diretor do Museu da Polícia Militar do Estado de Sergipe me contou sobre uma coleção de cachimbos de crack recolhidos por ele entre itens retirados de celas de presídios pelo estado. Seguindo sua dica, fui até a Escola de Gestão Penitenciária de Sergipe (Egesp) me encontrar com seu atual diretor. Infelizmente os cachimbos do “Coronel”<sup>4</sup> se perderam entre mudanças de salas institucionais e burocracias, mas, em lugar deles, “Diretor”<sup>5</sup> me apresentou uma coleção de encher os olhos e com um tema um pouco mais variado. Formado por ele, o acervo continha, à época, duas balanças improvisadas com pedaços de material plástico e cordões; um interruptor de ventilador estilizado com palitos de picolé; duas piteiras e dois cachimbos; uma máquina de tatuar feita a partir de uma máquina de raspar cabelos e outras duas a partir de motores de rádio e canetas; dois bicos descartáveis para máquina de tatuar; parte de equipamento improvisado para produção de bebida alcoólica; um forno feito em papelão e lâmpadas; uma batinha feita em papelão e fita adesiva cor-de-rosa; quatro armas de perfuração (os “chunchos”), sendo duas de metal e duas feitas a partir de escovas de dente; seis facas e vários objetos artesanais, como um avião, quatro porta-joias, um carro, dois helicópteros, pequenas casas, dois navios, porta-retratos e um cofre, todos feitos em palito de picolé.

Como disse anteriormente, exceto o artesanato, esses são objetos escolhidos por Diretor dentre aqueles extraídos de seu contexto em revistas às celas do Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto (Copemcan), na cidade de São Cristóvão, Sergipe. Para este artigo, em especial, – além de muito cortar aqui e ali – me vi obrigado a fazer outra escolha. Por não poder me estender demais no texto tratarei apenas dos objetos que classifico como produzidos para uso em situações de violência. Com isso, imagino que conseguiremos conversar sobre o modo como levei a análise e como estruturei as interpretações.

---

<sup>4</sup> Por respeito à privacidade, todos os nomes de entrevistados foram substituídos. O diretor do Museu da Polícia Militar do Estado de Sergipe será sempre chamado de “Coronel”.

<sup>5</sup> Por respeito à privacidade, todos os nomes de entrevistados foram substituídos. O diretor da Escola de Gestão Penitenciária de Sergipe será sempre chamado de “Diretor”.

“PRA VIVER NO PAÍS DAS CALÇAS BEGE”<sup>6</sup>

## OU, ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E MÉTODOS

A presença da arqueologia no presente pode aparecer como questão difícil para algumas pessoas. Afinal, filha que é do imperialismo europeu, definida no berço como o estudo das coisas antigas e seguramente distanciadas, traz a arqueologia, impressa nos seus ossos, a necessidade de dar sua contribuição nos percalços da dura caminhada do modo de vida burguês de servir aos interesses da classe média, de prover-lhes subsídio cultural, permitindo-se ater, quando muito, à “legitimação da dominação europeia sobre os demais povos do mundo” (Justamand *et al.*, 2014, p. 28<sup>7</sup>).

O debate sobre a legitimidade da abordagem arqueológica para o estudo do tempo presente e da sua importância para a disciplina e para a comunidade não arqueológica ganhou espaço de forma discreta mundo afora desde a década de 1970, ao flexibilizar fronteiras entre arqueologia, antropologia, sociologia, história contemporânea, história da arte, história da arquitetura, estudos de cultura material e estudos de tecnologia (González-Ruibal, 2008; 2014) com projetos liderados pelos arqueólogos Michael Schiffer, Richard Gould e William Laurens Rathje nos Estados Unidos (Buchli & Lucas, 2001; González-Ruibal, 2008, 2014, 2018; Harrison & Breithoff, 2017; Harrison, 2018).

Com o tempo e o avanço nas pesquisas arqueológicas sobre o contemporâneo, a inquietação sobre as diferenças entre essa nova maneira de fazer e a arqueologia histórica ganham corpo. Quase como cortinas de fumaça, que nos distraem para a beleza que mora no fato de que ambas podem, em verdade, caminhar em direção a um mesmo fim: influenciar políticas contemporâneas.

Independentemente do nome que leve, quando trabalhamos com problemas ainda vivos, assentamos invariavelmente nossos tijolos na construção de um projeto de futuro. A arqueologia do tempo presente e do passado recente têm que ser políticas. O que devemos é abraçar nosso potencial de trazer ao jogo dos discursos públicos o não dito, o silenciado, o escondido (Buchli & Lucas, 2001; González-Ruibal, 2008; Harrison & Breithoff, 2017; Harrison, 2018).

E quem melhor que nós para tirar do não dito algum significado? Dentro das ciências humanas nós nos dedicamos a ler, com profundidade histórica e contextual, o comportamento humano a partir de fontes que não se pronunciam por meio de palavras. Ao tratar de pessoas escravizadas, mulheres e classe trabalhadora, por exemplo, a arqueologia histórica nos deu os meios de escutar as vozes que, dentre toda a abundância de dados na era da informação, são deliberadamente caladas, abafadas e diminuídas. Temos então responsabilidades reais de mediar esses extremos, dar nossa contribuição no combate às contradições, exclusões e dores do nosso tempo.

Defender a arqueologia na contemporaneidade tanto quanto do público na arqueologia é lutar por reverter a imagem distanciada do arqueólogo e da arqueóloga. É lutar pela figura de pessoas públicas envolvidas tanto com temas sensíveis do passado como do tempo presente (Mega *et al.*, 2014; González-Ruibal, 2008). Vai além de admitir que o que fazemos está sempre e inevitavelmente preso a elos sociais e políticos. Que

---

<sup>6</sup> Racionais Mc's, 1997, 2m14s. Racionais Mc's. (1997). Diário de um detento [Música]. Em *Sobrevivendo no inferno*. Cosa Nostra.

<sup>7</sup> Ver também: McGuire (1999), Funari (2002, 2003), Zarankin (2001), González-Ruibal (2012), Thiesen (2013), Harrison & Breithoff (2017).

trabalhamos a partir de pautas levantadas pela sociedade que nos cerca e pelo tempo em que vivemos e, logo, que produzimos interpretações contaminadas por quem somos e pelo papel que desempenhamos (Funari, 1999, 2003; Duran, 2008; Gnecco, 2012; Pellini, 2014; Zarankin, 2001; Trigger, 2004; González-Ruibal, 2012).

Defender a arqueologia na contemporaneidade é uma oportunidade de admitir que estudar o passado recente e o tempo presente permitem que nos envolvamos emocionalmente com o contexto ou o material analisado (Buchli & Lucas, 2001; González-Ruibal, 2008; Duran, 2008) e que podemos nos atrever a entrar nos holofotes de discussões atuais e emotivas, forçando-nos, desse modo, a aprender a falar com outro público que não a comunidade arqueológica (González-Ruibal, 2012) sobre suas experiências, suas memórias e eventos ainda vivos.

Nesse exercício, pouco a pouco vamos afastando as nuvens que encobrem “o pessoal, o íntimo, o poético e o performativo como aspectos essenciais da prática arqueológica” (Pellini, 2014, p. 9) com belas possibilidades de entregarmos uma narrativa menos passiva, menos tímida e mais presente na representação que propomos para o passado, para cultura e para os problemas que enfrentamos hoje (McGuire, 1999; Pellini, 2014; Zarankin, 2001; González-Ruibal, 2012; Merleau-Ponty, 1973).

A abertura da arqueologia a variadas fontes e discussões de outras disciplinas das humanidades me parece uma boa maneira de alargar esses limites e uma das boas atualizações que fizemos. Muito mais que representar a perda da identidade arqueológica, demonstra sua maturidade, ao conseguir congregiar pensamentos e temas, já há muito tratados por outras disciplinas. Demonstramos, assim, tomar nossas experiências como parte de um todo, decifráveis apenas a partir da análise mais ampla possível da vida em comunidade. Mas, evidente, desde que parta de questionamentos e trilhe o caminho investigativo próprio da arqueologia (Buchli & Lucas, 2001; Trigger, 2004; Duran, 2008).

Nesse sentido, é importante que lhes apresente um conceito que aparecerá bastante na seção em que proponho alguns significados para a cultura materializada pelos internos do Copemcan e que trago de considerações feitas pelo cientista político e antropólogo James Scott (2000) sobre estratégias de resistência de grupos subalternos contemporâneos. Para James, a resistência subalterna nasce das contradições e desequilíbrios de poder entre grupos sociais e dentro dos grupos, entre seus membros. Se desenrola, a primeiro momento, disfarçada no que chama de discurso oculto. Em longo prazo, dá fruto a uma subcultura e poder internos em oposição ao poder institucional.

Os espaços sociais nos quais florescem o oculto são bem específicos. São locais onde já não é preciso calar as opiniões, esconder a raiva ou disfarçar os sentimentos. Espaços não alcançados pelo controle, repressão e vigilância centrais e, muito importante, compartilhados por pessoas que vivem as mesmas pressões, que reconheçam no outro um igual. São, dessa forma, uma conquista da resistência frontal às faces do poder (Scott, 2000).

Cabe supor então – por tais condições de emergência – que estudos sobre relações de poder que tomem apenas os discursos desenvolvidos em público para análise tendam a concluir que os subalternos aceitam os termos de subordinação e não que os papéis por eles interpretados, de aparente respeito e submissão, representam uma tática de sobrevivência. Evidente que isso não quer dizer que se baseiam todos em falsidades. O que suponho em lugar é que possivelmente veem distorções daquilo que procuram enxergar.

Mas há que sermos honestos e admitir que só podemos vislumbrar o efeito da presença dos donos do poder nas atitudes dos subordinados quando esses não se encontram mais sob sua observação, diria James

(Scott, 2000). Ou, e é aí que entramos, quando analisamos produções culturais que não deveriam estar nas nossas mãos.

## MÉTODOS

Minha ideia foi costurar todas as informações obtidas em entrevistas, leituras e análise de material, colocando em evidência seus vícios, receios, silêncios e reticências, a fim de que os dados se complementassem e conformassem um quadro mais representativo, mais genuíno do fragmento de universo que propunha debater. Em primeiro lugar, conversar com internos e egressos sobre função, uso e modos de confecção dos objetos da coleção. Sobre como administram o tempo, principalmente como se divertem, como lidam com o ócio. Sobre a existência de sentimento de grupo, de pertencimento e como administram as diferenças, os preconceitos. Questionar se existe diferença entre a violência que circula dentro e fora das unidades prisionais. Finalmente, qual objeto seria mais representativo da cadeia ou da vida encarcerada.

O contato com ex-internos foi difícil. Consegui conhecer quatro pessoas, mas apenas três aceitaram conversar abertamente, Jussara, Júlio e Teto. Me encontrei duas vezes com Jussara em sua casa; uma com Júlio – que na condição de funcionário da APAC<sup>8</sup>, onde um dia estive como recuperando, foi quem me apresentou a unidade e seus antigos companheiros –; e quatro vezes com Teto, no campus da universidade. Os três foram muito importantes para me preparar para o que viria nas visitas – principalmente no ensaio de um modo menos invasivo de abordar os internos –, me ajudando a desanuviar algumas gírias, coisas não ditas, a influência das organizações criminosas e questões outras que apareciam sempre que voltava do Copemcan e das análises do material.

No caso dos agentes, além do Coronel, que é policial militar, foram duas as entrevistas formais. Digo formais porque as conversas com as outras dez pessoas foram várias e aconteceram nas minhas visitas ao Copemcan e nas tardes que passei na Egesp analisando o material. Sempre dispostos a conversar, também foram muito importantes no meu processo de tentar preencher algumas lacunas deixadas pela falta de tempo ou pelas respostas vagas de alguns internos sobre função, modo de produção e papel simbólico das peças. Além de me ensinarem muito sobre o funcionamento da cadeia e a ler as entrelinhas das repostas de meus entrevistados.

Já o contato com os internos foi um desafio sempre instigante e exigiu que minha abordagem e a condução da conversa fossem reestruturadas algumas vezes. É possível dividi-los em dois grupos, os trabalhadores da unidade – que recebem o benefício de abater dias da pena em troca de trabalho na administração, na cozinha, na jardinagem, nas oficinas de trabalho e nos serviços gerais do estabelecimento – e os apenados que dividem as celas dos pavilhões.

O primeiro grupo é composto apenas por internos que cumprem pena pela primeira vez. Geralmente são pessoas que não viviam do crime quando livres – ou quando muito, dedicavam-se a fraudes e crimes fiscais – e cometeram um erro, ou foram envolvidos numa situação que os levou à prisão. Assim, quando dividiam as celas dos pavilhões, muitos evitavam se envolver com seus companheiros e parecem, sinceramente, não

---

<sup>8</sup> Realizei uma visita a uma unidade prisional gerenciada pela Associação de Assistência aos Condenados (APAC) de Sete Lagoas, em Minas Gerais.

conhecer, por exemplo, os pormenores da estrutura do crime organizado no interior das unidades ou ainda a manufatura dos artefatos de violência apreendidos em revista.

O contato com o segundo grupo, por sua vez, composto por aqueles que viviam nos pavilhões e não exerciam nenhum trabalho na unidade foi bem diferente. Primeiro porque quando nos encontrávamos, estava sempre, e o tempo todo, acompanhado de um agente ou da assistente social. Não que censurassem ou interferissem nas perguntas, mas, além de me preocupar a todo momento em não atrasar suas outras responsabilidades, eu era obrigado a dividir a atenção dos entrevistados com os funcionários. Quando os viam, os internos aproveitavam para pedir atualizações de seu processo, ou que contactassem advogados e familiares, ou que trocasse a lâmpada da cela, levassem outro colchão, os trocasse de ala, incluíssem o nome da nova esposa na lista de visita íntima, providenciasse consulta médica e mais uma infinidade de problemas. Quando me dava por mim, via que as perguntas haviam se perdido no burburinho e meu receio de que se sentissem coibidos pela presença do agente, nem chegara a ser um problema tão grande.

Além de todas essas peculiaridades o uso de gravador ou celular dentro do presídio me foi impedido e, nas conversas realizadas fora da unidade, raros foram aqueles que se deixaram gravar. Por isso, não consegui fazer transcrições das conversas com perguntas e respostas bem definidas. Como disse, quando não eram rápidas conversas atravessadas nos pavilhões, eram pequenas conversas esparsas enquanto analisava o material ou circulava pela unidade. Dessa forma, me acostumei a escrever apenas tópicos e ideias-chave dos entrevistados e agrupá-los por data. As transcrições dessas conversas podem ser encontradas no meu texto completo (Monteiro, 2019).

Já no exame do artesanato e do material apreendido, entendendo que a cultura material, tanto quanto a fala e a escrita, é primeiro uma forma de comunicação e um repositório de significados, através do qual “as pessoas falam silenciosamente sobre si mesmas, sobre sua visão de mundo, sobre o que não pode ou não deve ser dito verbalmente” (Lima, 2011, p. 19). Como também, agente ativa nas relações sociais, na afirmação ou dissimulação de identidades, na promoção de mudanças, na demarcação de lugares de classe, no reforço de estratégias de dominação e resistência e no desempenho de papéis sociais (Lima, 2011; Funari, 2003). Apliquei, como forma de estabelecer primeiro contato com a coleção, um roteiro de análise desenvolvido e apresentado aos alunos da disciplina Arqueologia Histórica II, ministrada por meu orientador, professor Leandro Duran, com base na metodologia do professor de história da arte Jules Prown. Nesse roteiro, os objetos são esquadrihados por meio de perguntas que levam a conhecê-lo dentro de cinco categorias: composição material, modo de confecção, procedência, funções planejadas e funções sugeridas – por marcas de uso, por exemplo – e valores simbólicos possíveis.

#### “CIENTISTA SOCIAL, CASAS BAHIA E TRAGÉDIA”<sup>9</sup>

##### OU, UMA PROPOSTA DE DISCUSSÃO

A prisão, antes de depósito de gente, desenvolveu-se como equipamento moderno de controle total do corpo e do comportamento do internado. É um tipo de instituição em que o bem-estar das pessoas que lá se encontram é prioridade menor que a segurança dos que vivem fora de seus muros (Goffman, 1974). E enquanto

---

<sup>9</sup> Criolo, 2011, 57s. Criolo. (2011). Sucrilhos [Música]. Em *Nó na orelha*. Oloko Records.

mais uma ferramenta disciplinar que pretende ser, “fabrica” indivíduos através de um adestramento moral e corporal daqueles que ainda não se entregaram de todo às apropriações do Estado (Foucault, 2009).

Por sua vez, o isolamento forçado do mundo externo, compartilhado por pessoas sofrendo das mesmas agruras, compartilhando, dia após dia, todas as horas de sua existência num espaço reduzido, longe de suas famílias, podendo contar apenas uns com os outros, defendendo-se dos preconceitos do grupo dirigente da unidade, acaba por facilitar a organização de um microcosmo, de uma subcultura apartada da geral. Nela, impera o “nós” contra “eles”, capaz, a seu turno, de produzir unidade dentro da dessemelhança, reforçar solidariedades e gerir conflitos, por vezes, com algum tipo de hierarquização (Foucault, 2009; Scott, 2000; Dias, 2013; Guimarães *et al.*, 2006).

É aqui que tem início, pois, como em qualquer relação de poder, a produção, por ambas as partes, dos discursos público e oculto como uma das formas de resistência ao mundo em que são lançados. Lembremos que, ao contrário do primeiro, o discurso oculto acontece fora de cena, onde os subordinados ao poder instituído se reúnem longe do olhar inquisidor, onde seja possível o surgimento de uma segunda camada de poder e política (Scott, 2000).

Logo, o que sugiro é que a presença dessa mensagem camuflada, produzida pelos apenados deve ser interpretada como sinal de afloramento de um contrapoder, no sentido de exercer resistência à dominação institucional, mas também de resistência ao descaso do Estado, à distância da família e à emersão de sentimentos tais que não têm espaço num ambiente extremamente duro, violento e machista. E por fim, de um desequilíbrio de poder entre apenados, representado por indícios de camadas de hierarquia e controle de aspectos da vida dos internos por outros internos.

Por exemplo, na prática, – e em especial em unidades dominadas pelo crime organizado – agentes carcerários não permanecem o tempo todo dentro das alas e pavilhões, nem sequer entram aí ao bel-prazer, os internos fazem questão de reforçar as fronteiras de atuação cotidiana dos agentes, fazendo desses lugares grandes espaços ocultos, onde a gestão do cotidiano é feita por um grupo de internos (Biondi, 2009; Dias, 2013; Adorno & Dias, 2016) escolhidos ou impositivamente colocados pela facção (Lourenço & Almeida, 2013; Biondi, 2009) num posto de extrema responsabilidade e tato. E onde agente não ousa circular.

Nesse sentido, considerando que o Anuário brasileiro de segurança pública de 2018 aponta a presença do PCC no estado de Sergipe, que entrevistados confirmaram mais de uma vez essa questão, e que em minhas visitas percebi que os agentes passam todo o plantão do lado externo dos prédios, dependendo de homens conhecidos como “mensageiros” para tratarem com os internados, acredito que as alas do Copemcan são típicos espaços ocultos. Territórios de resistência carcerária.

E, marginal que é, o discurso praticado de forma velada só se apresenta livremente a quem faz parte do círculo onde nasceu, ou quando seus integrantes aceitam que adentremos os espaços mais fechados dos grupos sociais (Scott, 2000). Porém, a arqueologia pode nos trazer uma vantagem nesse sentido, pois, cabe a nós procurar o não-dito (Buchli & Lucas, 2001; González-Ruibal, 2008; Harrison & Breithoff, 2017; Harrison, 2018), deduzir da materialidade os significados, as relações que parecem sugerir. Podemos, com nossa prática, decodificar uma fração – que seja – do grande emaranhado de abstrações por trás de objetos que, em sua maioria, não deveriam ser vistos, tocados e experienciados por quem não vive aquele universo.

## OBJETOS DE VIOLÊNCIA

Como verá na Figura ao fim desta seção, trabalhamos aqui apenas com facas e o que os internos e agentes chamam de “chuncho”. As primeiras são, em geral, produzidas manualmente a partir das barras das portas e grades metálicas de celas e corredores, embora seja possível encontrar também outras fontes, como cabos de colheres e garfos. Ainda que não tenha encontrado nenhum instrumento desse tipo, – possivelmente pela seleção pela qual passaram ao serem recolhidas pelo diretor da Egesp – algumas menções foram feitas às navalhas elaboradas a partir de lâminas de barbear fixadas em escovas de dentes ou canetas com uso de fogo (informação verbal)<sup>10</sup>.

Afora isso, nenhum dos entrevistados descreveu com detalhes a maneira como são extraídas as barras metálicas, mas caminhando pelo presídio é fácil encontrar os pontos nos quais as grades tiveram de ser remendadas. E, em todo caso, as marcas deixadas por todo o corpo da lâmina, em especial, próximas ao fio e à ponta – comumente a porção mais afiada, quando não a única – indicam que depois de extraída, a barra é friccionada repetidas vezes contra outros materiais metálicos e/ou de concreto para que ganhe fio. Verdade ou não, muitos afirmaram, mais de uma vez, que em momentos de fúria uma cela projetada para oito pessoas, mas que aperta 25, consegue facilmente derrubar as grades de contenção. Outros sugerem que os rádios à pilha e a televisão, muito comuns nas celas, seriam utilizados para encobrir os sons dos trabalhos com o metal (informação verbal)<sup>11</sup>, o que reforça a hipótese de que é, de fato, extraído das paredes da unidade.

O “chuncho”, por sua vez, é uma espécie de perfurador que na nossa coleção aparece feito em dois materiais diferentes, a partir de pedaço de vergalhão de construção civil extraído das paredes internas das celas e corredores, ou do cabo de escovas de dentes. Quando feito em vergalhão, esse, acredito, é retirado de pontos nos quais o concreto se esfarela pela infiltração de água, possivelmente serrado e então quebrado. Em seguida, marcas pelo corpo do objeto sugerem que seja friccionado contra outros materiais metálicos e/ou concreto até que se pronuncie uma ponta. No caso das escovas de dentes o processo de elaboração do bico é semelhante, a novidade parece ser o uso do fogo para agilizar o processo e fazer a ponta mais resistente à quebra, evidenciado por manchas de cor preta. Por fim, ao menos nos instrumentos analisados na coleção, a escova é atada a um pedaço de cabo de vassoura para facilitar o manuseio.

A contabilidade que fiz dos elementos apreendidos algumas semanas antes de uma de minhas visitas ao Copemcan sugeriram, e entrevistas reforçaram, que junto com drogas e celulares, as facas e “chunchos” são os mais comuns. Chama atenção nessas armas os tamanhos bem variados, o que, por seu turno, provoca impressões bem interessantes. Em primeiro lugar, as facas e “chunchos” grandes, sem dúvida, são armas de confronto. O tamanho, girando em torno dos 20 centímetros de comprimento de lâmina, por si só é capaz de provocar reflexões mais profundas antes de atos desmedidos de valentia, mas acredito que sua função não pare por aí. Ainda que alguns exemplares tenham pouco gume, muito provavelmente pela dificuldade de trabalhar

---

<sup>10</sup> Jussara. *Entrevista I*. [dez. 2018]. Entrevistador: Maurício Rocha. Laranjeiras, 2018. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A de Monteiro, 2019. Lucio. *Entrevista III*. [jun. 2019]. Entrevistador: Maurício Rocha. São Cristóvão, 2019. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A de Monteiro, 2019.

<sup>11</sup> *Visita I*. [fev. 2019]. Entrevistador: Maurício Rocha. São Cristóvão, 2019. O diário de campo na íntegra encontra-se transcrito no Apêndice B de Monteiro, 2019.

o material com poucos equipamentos, todos eles têm pontas bem pronunciadas e, por vezes, com marcas de desgaste.

Reforçando essa direção, de que as facas e “chunchos” são instrumentos destinados à luta corporal, alguns pontos no material analisado nos inclinam a dizer que os punhos também são diagnósticos. Primeiro, muito provavelmente eles eram trocados e refeitos com certa constância, pela perecibilidade do material<sup>12</sup> em contraste com o metal da lâmina. Entretanto, todos os punhos estão em condição de uso, ou seja, prontos para combate. Segundo ponto, uma vez que são produzidos sempre com itens pessoais e raros nas celas<sup>13</sup> seria necessária a manutenção de uma “economia dos punhos”, que garantisse que esses itens nunca fossem desprezados e que, quando necessários, aquele que os possui entregasse a quem controla a produção dos instrumentos perfurocortantes. Em terceiro lugar, alguns punhos são anatômicos, seja produzindo, no metal ou no arremate, uma forma abaulada na região dos dedos da mão, seja com a produção de acúmulos de tecido, elástico, borracha ou atadura nas suas duas extremidades, resultando numa pequena depressão onde a mão se encaixa. Por fim, muitos punhos de facas e “chunchos” possuem uma alça por onde o indivíduo introduz sua mão. Desenvolvida para uso pelas forças de segurança pública, quando bem ajustada, a alça garante que a arma não caia, caso seja solta, nem possa ser forçosamente retirada da mão daquele que a porta.

Já os perfurocortantes menores podem ter duas funções, uma utilitária, para o corte de carnes, como bem conhecemos, e outra como armas discretas, utilizadas provavelmente mais contra outros internos do que contra agentes, armas que podem ser levadas ao banho de sol, por exemplo, escondidas na bermuda ou preventivamente guardadas debaixo do travesseiro. Logo, seria imprescindível serem produzidas da forma mais discreta possível, com materiais mais acessíveis e fáceis de tratar. O material de origem reduz a durabilidade e eficácia do produto final, mas facilita o porte disfarçado.

Interessante é que, tudo que acontece no mundo paralelo de uma unidade prisional, onde as brechas deixadas foram preenchidas por grupos criminosos, é julgado pelas lideranças de ala e pavilhão (Biondi, 2009; Dias, 2013), logo, uma coisa parece não se encaixar. As facas e “chunchos” grandes são feitos em chapas de metal das grades das celas e vergalhões das paredes da unidade. Não há como, numa cela superlotada, esses materiais serem extraídos sem chamar a atenção de outras pessoas. Portanto, trata-se de um trabalho público e, sendo assim, depende do consentimento das lideranças.

Porém, as armas de menor comprimento – canivetes trazidos por visitas, “chunchos” de plástico ou pequenos vergalhões e outros metais trabalhados, como o talher – são produzidas em materiais menos resistentes, logo menos difíceis de serem trabalhados. Dessa maneira, é ligeiramente mais fácil produzi-las de forma rápida e velada em momentos de distração da massa ou no escuro. Seu reduzido tamanho pode ser resposta à necessidade de portá-las de forma disfarçada, além de que nem sequer precisam parecer ameaçadoras, dado que devem estar sempre escondidas, inclusive no momento de uso. Por fim, ainda que se trate de apontamento contaminado pelo reduzido número de objetos analisados, o punho das armas pequenas é sensivelmente menos confortável, anatômico e trabalhado do que o das armas grandes. O que quero dizer é

---

<sup>12</sup> Ataduras e tecidos de algodão, quando muito, arrematados com tiras de borracha e elástico de costura.

<sup>13</sup> Como elástico, possivelmente retirado da única bermuda a que têm direito (informação verbal) ; tiras de borracha, item proibido no interior do presídio (informação verbal) ; tecido, extraído de peças de roupa; e ataduras, que podem entrar com visitas ou feridos vindos da enfermaria.

que acredito que essas sejam armas pessoais, produzidas em segredo e levadas junto ao dono, com função de defesa pessoal, afrontando a ordem estabelecida pelas lideranças. Mas por que se arriscar?

Não podemos ser ingênuos em acreditar que entre os internos não exista dominação e relações hierárquicas, por vezes de poder. Em verdade, as observações do comportamento carcerário, geralmente, demonstram que desvios à conduta estabelecida pelas lideranças nesses ambientes são punidos com mais agressividade do que a pressão que sofrem da instituição (Scott, 2000). As facções criminosas envolvem o corpo carcerário num ambiente de violência e medo constante, executando punições públicas por motivos diversos. Usa-se violência como resposta a desvios de conduta; na disputa por poder e afirmação de posições de mando; por pura ostentação de força; ou pela manutenção dos interesses econômicos dos líderes de organizações criminosas (Lourenço & Almeida, 2013; Dias, 2013). Como contragolpe, algumas pessoas estariam buscando formas de garantir a sua segurança ou proveito financeiro e sexual sobre companheiros vulneráveis.



Figura 1. “Chunchos” (1, 2, 3) e facas (4, 5, 6, 7, 8) retirados do Copemcan em revistas às celas (Fonte: Photos Click Time).

“[...] O RAP FAZ MUITO MAIS QUE SUA RELIGIÃO, QUE PRESÍDIO, O CASSETETE, EM VÃO!”<sup>14</sup>

OUI, ALGUMAS IDEIAS FINAIS

Injustiças no sistema prisional acontecem o tempo todo, há muito trabalho a fazer, e a arqueologia pode encontrar seu papel nessa empreitada. Na verdade, no fim das contas, esse me foi objetivo maior que qualquer outro, experimentar uma arqueologia que sentia falta. Não que o cárcere já não fosse bem abordado em outras disciplinas. Nem que devemos lançar discursos ao vento sobre tudo que nos cerca. Mas acredito, sinceramente, que falar de maneira consciente do problema, ainda que não encurte a distância até seu fim, fortalece a discussão séria e a busca pela solução conjunta.

Nós que fazemos arqueologia temos que aceitar nosso papel social de cientista e engrossar a voz daqueles que bradam contra injustiças de uma modernidade fracassada e de um contemporâneo que enquanto não admitir os erros do passado caminhará com um peso desnecessário. Não precisamos contar outra história sobre o cárcere ou forçar outra verdade, mas devemos sim apresentar outro ângulo, mais uma forma de ler os absurdos das nossas formas de conviver que caminharão, gradativamente, para a formulação de outras memórias, menos acomodadas e mais incomodadas (González-Ruibal, 2008).

Por exemplo, enquanto olhamos a partir dos lugares tradicionais vemos que pessoas encarceradas se organizam da sua forma, produzem significados para suas experiências, gerem o seu espaço e as suas relações do seu modo, por vezes violento, e isso é preciso combater. Mas a arqueologia e o não dito podem, a seu turno, acrescentar ideias sobre a complexidade e fragilidade dessas relações, sobre os benefícios que alguns tiram do sofrimento de outros, sobre como discursos de proteção e assistência às famílias e ao detento são usadas pelos grupos criminosos prisionais para disfarçar interesses financeiros tão cruéis quanto o do capital global que destrói a Amazônia e soterra rios em lama. Sobre isso, reservei alguns apontamentos para esta seção do texto.

Em primeiro lugar, trabalhar com cultura material carcerária é trabalhar com resistência. Resistência às violências quando se armam. Resistência à saudade, à perda de lugar social, aos ataques à personalidade, aos sentimentos contidos quando se tatuam, pintam, cantam, presenteiam. E resistência ao desamparo do Estado quando comercializam, subornam, contrabandeiam, ferem companheiros ou quando abraçam a exclusão como forma desigual de coletividade.

Em segundo lugar, ainda acredito que o cárcere, como o conhecemos hoje, produz, dentro de suas paredes, uma sociedade à parte desta que vemos aqui fora, com sua complexidade intrínseca (Ramidoff, 2005; Varela, 1999, 2012). Possuem eles seu código de conduta, seu próprio monopólio da violência, sua ideia de unidade, sua vida econômica própria, sua gestão das diferenças. Pequenas imagens disso podem ser extraídas de alguns aspectos interessantes da materialidade que compõe esse estudo.

Por exemplo, me inclino a acreditar que a chave para o sucesso político, para gerir o poder entre essas pessoas, passa pelo monopólio da violência e da disponibilidade de bens (Giddens, 2008). Não sei ao certo qual é mais vital, mas provavelmente o equilíbrio dessas duas pontas é inevitável. Num espaço de restrição de bens quase total como o é a prisão a riqueza está em receber das visitas itens condicionados pelo poder administrativo. Luxo é possuir o que outro não possui.

---

<sup>14</sup> Criolo, 2016, 1m52s. Criolo. (2016). No sapatinho [Música]. Em *Ainda há tempo*. Oloko Records.

Logo, não é difícil imaginar que no cárcere qualquer objeto tenha seu valor. Em especial aqueles que são proibidos. Uma longa gama de bens e serviços, diga-se de passagem. As tatuagens são um bom exemplo. Uma atividade simples, sem grandes riscos para a segurança da massa mas, provavelmente, lucrativa. Não pela dificuldade em encontrar tatuadores, mas por ser proibida, por exigir que os materiais sejam contrabandeados, por colocar visitas em risco. A presença de máquinas de tatuar, então, é indício de que se arriscar na sua confecção e no seu contrabando é rentável, cobre o risco de passar alguns dias no castigo e assinar um boletim de ocorrência, mas quando pensamos nas drogas, a situação muda de figura.

Não tenho conhecimento da rentabilidade do comércio de drogas ilícitas na cadeia, mas há que se admitir que precisa ser consideravelmente alta. A Lei 11.343/06 classifica o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins como equiparado aos crimes hediondos. Quem é pego na porta de uma penitenciária com qualquer quantidade de droga fica impossibilitado de receber os benefícios da fiança, anistia, graça e indulto, com pena girando em torno de 6 meses a 20 anos iniciada, automaticamente, em regime fechado. Os ganhos dessa pessoa devem ser muito altos, o que me sugere que quem contrata esse serviço tem segurança em pagar o transporte da droga, porque sabe que o lucro da venda para outros internos é tremendo.

O comércio de drogas então, sem dúvida, movimenta uma cifra significativa na cadeia, que por sua vez banca a escalada incontrolável de poder do indivíduo que usa seus altos lucros para montar um exército de subordinados que garanta sua proteção. Estando protegido pode se dar ao luxo de usar a força para extrair dinheiro até do que é direito dos presos. Com a dose certa de intimidação pode cobrar pelas camas, pela comida, pela saída para o banho de sol, por remédios, pelos presentes das visitas, mas principalmente por tudo que é ilícito, uma vez que só ele tem meios de pagar a entrada desses bens. Para os poderosos, estar preso pode ser extremamente lucrativo.

Porém, em algum momento, quando esses abusos acontecem de forma recorrente, com muitas pessoas, pode acontecer de estas se reunirem em torno de um sentimento de raiva e vingança coletiva. Essa possibilidade não pode ser descartada pelo poderoso que, se inteligente, fará o que for preciso para garantir o monopólio da violência em suas mãos. Precisa ter meios influência para garantir que ninguém além dele usará de violência contra outros internos, o que, acredito, reforça a ideia de que a produção indiscriminada de armas por qualquer pessoa é improvável.

Não sei se me faço entender, mas esse me parece um quadro cíclico. Quanto mais vendas mais dinheiro, mais influência, mais proteção, mais poder, a ponto de, em dado momento, os lucros acontecerem em cima de gastos e riscos zero. Se no começo, esse nosso poderoso hipotético, precisava pagar altas quantias para seduzir pessoas a entrar com drogas nos dias de visita ou para subornar servidores, agora, com poderes elevados, as ameaças e extorsões podem ser uma fonte de renda tão grande quanto o comércio de drogas. Que mãe não levaria maconha para um filho que teme a morte certa? Que filho endividado e jurado de morte não assumiria a posse de flagrantes? Com poder, nosso caso hipotético pode escolher quem trará a droga, quem receberá a droga, quem a esconderá debaixo do travesseiro, quem pode ou não comprar pelo preço que determinar, quem morrerá no seu lugar.

Nesse sentido, acredito que seja impossível afirmar, por exemplo, que a cela onde tenham sido encontrados objetos ilícitos, contrabandeados, de luxo e diferenciação social seja, necessariamente, habitada pelo dono real dos bens. O monopólio da violência, o poder financeiro e os contatos com a equipe dirigente podem garantir que o poderoso local conheça a rotina da unidade, que se antecipe à revista, que blinde a si e seus companheiros.

Então, ainda que a massa carcerária produza uma forma de gerir suas debilidades para enfrentar a negligência do Estado, a sociedade intramuros não é menos desigual que a que compomos aqui fora. Precisa lidar com o problema de que nem todos se sentem representados pela violência e lucros exorbitantes restritos a uma pequena parcela de apenados. Precisa se precaver às possibilidades de desobediência, de produção de resistência, e talvez as armas pequenas sejam indício mais direto disso.

Se consideramos que esses objetos estão sendo usados para produzir violência entre internos temos que admitir que, assim como acontece aqui fora, alguns se aproveitam do medo dos mais fragilizados. Podem ser indício, por exemplo, de abuso sexual. Muitos desses homens e mulheres, tanto héteros como homossexuais, ficam meses, por vezes anos, sem fazer sexo. É possível então que armas pequenas sejam produzidas para defesa contra tentativas de abuso, mas também para forçar o sexo no meio da noite, numa cela apertada onde são obrigados a dividir colchões no chão. O estigma que esses instrumentos de violência carregam pode ser outro bom motivo para sua confecção em tamanho reduzido e em matéria-prima distinta. A presença de um “chuncho” pequeno pode ser sinal de que seu dono pensa em se vingar, se proteger ou abusar. Em qualquer dos casos, um marcador perigoso num ambiente de tensões à flor da pele e masculinidades exaltadas.

Por outro lado, temos que aceitar também a diferença entre as pessoas que compõem uma sociedade encarcerada. Aceitar que o medo que as facções criminosas geram em nós aqui fora também afeta quem divide celas com seus membros. Que essas organizações não conseguem cooptar todas as pessoas presas e que, portanto, não são uma massa uniforme de violentos criminosos que fazem do sofrimento uma fonte de renda. E sempre sem perder de vista que fazemos violência quando forçamos pessoas a essa realidade – de dor e medo – sem discutir se é possível outra forma de gestão das criminalidades.

Essa nuance é que tem que aparecer ao fim. E ainda que disciplinas diferentes, pesquisas distintas com abordagens tantas, batam sempre na mesma tecla, por ora não podemos nos dar ao luxo de reduzir a importância de fazer mais pesquisas e oferecer mais discursos sobre a prisão, porque é preciso forçar um espaço político na discussão de melhores condições de vida de parcelas negligenciadas da sociedade.

Quando penso na arqueologia gosto de acreditar que enriqueço uma onda de debates dentro da disciplina que não aparece tanto quanto poderia, porque talvez tenhamos nos acomodado a uma arqueologia distante, despreocupada com as agruras de uma camada que, em verdade, nunca compôs seu quadro. E mais, numa arqueologia para fora dela mesma, para entrarmos numa onda que precisa falar mais alto, com mais vozes, em mais frentes. Afinal, se não acreditar que mais diversidade fortalecerá a defesa de que estamos errando nas nossas políticas de encarceramento, nas nossas políticas de gestão da miséria e na nossa maneira individual de desumanizar o humano que não nos agrada é melhor mesmo que aceite que o máximo que me cabe é engrossar o coro dos silenciosos.

Mas admito que mesmo pensando que valeu a pena a experiência de buscar outras fontes de discussão – em outras disciplinas –, preciso desenvolver melhor a forma de combinar essas vozes de modo que não reduzam o potencial autônomo da fonte arqueológica, para respeitá-la e trazer melhores resultados dessa troca para a arqueologia. Em verdade talvez tenha tentado, frouxamente, esmaecer fronteiras, pensar organicamente junto com pessoas que olham a partir de outro lugar, com outras perguntas e percorrem outros caminhos. Isso porque o pensar não pode reduzir-se a um sistema no qual adoramos resultados incontestáveis e no qual formas alternativas de tratar a pergunta e os dados não sejam incentivados.

Há que aceitarmos, pelo bem da diversidade de pensamentos, que nenhuma fração do saber, nenhuma forma particular de conhecer é universal, mas sim, que está sempre individualizada, datada, de mãos dadas com

perspectivas históricas, regionais, culturais e limitada pela abertura do obturador. Por isso, precisa do diálogo, precisa da diferença para perceber a margem, o contraditório, o incontestado e operar a crítica (Merleau-Ponty, 1973; Sá, 2004).

O que tentei foi aglutinar todas as vozes de internos e interna, de agentes penitenciários, de policiais, da literatura autobiográfica, da literatura etnográfica, da arqueologia, história, sociologia, psicologia e transformá-las em uma só: a minha voz arqueológica. Não como dono da verdade, mas com a autoridade de quem assumiu o desafio de encontrar conexão nessas vozes, por vezes, dissonantes. Nunca na intenção de me apropriar das ideias de outras pessoas ou de outras disciplinas, mas de construir uma unidade. Portanto, penso que o bônus deve ser coletivo. Se o trabalho foi bom, trouxe bons resultados – além das boas intenções –, é mérito nosso. Se, em lugar disso, minhas interpretações são fracas, exageradas, sustentadas em falhas balizas, o ônus é meu, de quem interpretou mal o que via.

Apesar dos problemas de desenvolvimento da pesquisa e possivelmente na amálgama das ideias no texto, fico satisfeito em acreditar que o trabalho é também, nos meus modos, uma forma de defender – provocando – a arqueologia. De afirmar que deveríamos deixar de buscar divisões rígidas entre arqueologia pré-colonial, arqueologia histórica e arqueologia do tempo presente. Não vejo onde ganhamos com essas classes cada vez mais difíceis de serem aplicadas, que só fazem produzir profissionais e arqueologias dentro de caixinhas bem fechadas, que ofuscam a continuidade do passado no presente e a fluidez humano-material através do tempo. Aceitar o tempo como ininterrupto é alternativa muito mais política e ética, na medida em que não o entende como uma linha em fuga que enquanto avança apaga seus rastros e impede que a acusemos de plantar os desequilíbrios do agora (González-Ruibal, 2008, 2012, 2014, 2018). Advogo que defendamos a arqueologia como a disciplina humana da materialidade no tempo, nas pessoas, das pessoas na materialidade e tudo mais que essas perspectivas possam trazer para o campo do pensar arqueológico.

Essa arqueologia, espero, reconhecerá seu papel ativo na produção de cultura, não se contentará em organizar o tempo sem fazer dele uma crítica (Pellini, 2014) para o futuro. Tenderá a se abrir mais, convidando outras disciplinas para a conversa, produzindo juntas, em igualdade de termos, assim como falará do público não acadêmico, para o público não acadêmico, em favor deste, posicionando-se politicamente, contribuindo na busca de espaço e protagonismo de grupos marginais, esquecidos, silenciados. Lutará por um projeto de sociedade mais justa e que pensa a si mesma de forma crítica e plural (González-Ruibal, 2008, 2012, 2014, 2018). Temos que sair do gabinete e tomar o nosso lugar na rua.

No que tange à sua relação com o debate penal, deve superar ideias arraigadas de distância precavida desses espaços onde supostamente a sua ética e os seus valores não têm lugar. Deve enfrentar suas próprias resistências para trabalhar uma maneira de contribuir sem a pretensão de explicar o que acontece, debater sem julgar. Deve, antes, ser ferramenta de compreensão, instrumento de luta e de expressão das realidades excluídas, fazer valer sua posição de autoridade dentro do corpo social para aproximar, cobrar reparação e estimular a construção de novas perspectivas, novos valores, a fim de proteger a cidadania e a humanidade (Sá, 2004). Enfim, deve assumir sem medo de julgamentos, seu papel de ferramenta de restauração dos laços que a modernidade burguesa não quis comportar e de dignidade humana, além da primeira vista.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador, professor Leandro, por me forçar pensar até naquilo que não queria admitir aceitar. Ao amigo Ivo por, de um jeito menos polido, me reforçar outros pensamentos. A André, pela assistência mais que sensacional no contato com algumas fontes vitais. A Gilberto Magão e à Photos Click Time pelas incansáveis tardes de fotografia. A João Paulo, também por me incentivar e, do seu jeito, me descortinar ideias toscas. Um gigante à Vânia, por até hoje me escutar as bobagens. A Thiago, que me destrancou grades fundamentais. A Delmário, que apostou, sem reticências, nas minhas ideias estranhas. A Claudio, pela abertura à pesquisa. A Iran, pela aula de direito penal e de funcionamento da cadeia. A Dilson, pelos primeiros passos sem julgamento. À Terezinha, pela acolhida e leveza das tardes gradeadas – agradecimento que se estende a Junior também, como não? E a todo o pessoal que me ofereceu a mão no Copemcan, internos e funcionários, pelas caronas, risadas, malandragens e euforia de pesquisador.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, S. & Dias, C. N. (2016). Cronologia dos “Ataques de 2006” e a nova configuração de poder nas prisões na última década. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10(2), 118–132.
- Biondi, K. (2009). *Junto e Misturado: Imanência e Transcendência No PCC* (Universidade Federal de São Carlos). Retrieved from <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:JUNTO+E+MISTURADO:+IMAN?NCIA+E+TRANSCEND?NCIA+NO+PCC#0>
- Buchli, V., & Lucas, G. (2001). The absent present: archaeologies of the contemporary past. In: Buchli, V., & Lucas, G. (Eds.), *Archaeologies of the Contemporary Past*. <https://doi.org/10.4324/9780203185100>
- Dias, C. C. N. (2013). A regulação dos conflitos pelo PCC no interior das prisões paulistas: redução da violência física, interdependência e controle social. In Lourenço, L. C. & Gomes, G. L. R. (Org.) *Prisões e punição: no Brasil contemporâneo* (pp.77-97). Salvador: EDUFBA.
- Duran, L. D. (2008). *Arqueologia marítima de um bom abrigo*. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Funari, P. P. A. (1999). A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. *Revista Do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (supl.3), 213–220. <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113469>
- Funari, P. P. A. (2002). A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. In Zarankin, A. & Senatore, M. X. (Org.) *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas*. (pp. 107-116). Buenos Aires: Ediciones del Tridente.
- Funari, P. P. A. (2003). *Arqueologia*. São Paulo: Editora Contexto.
- Funari, P. P. A. & Oliveira, N. V. de. (2008). A arqueologia do conflito no Brasil. In Funari, P. P. A., Zarankin, A., Reis, J. A. dos (Org.) *Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume.
- Giddens, A. (2008). *O Estado-Nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao Marxismo Histórico*. São Paulo: Edusp.
- Gnecco, C. (2012). “Escavando” arqueologias alternativas. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. 8-22.

- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Pulo: Perspectiva.
- González-Ruibal, A. (2008). Time to destroy: an archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, 49(2), 247–279. <https://doi.org/10.1086/526099>
- González-Ruibal, A. (2012). Hacia otra arqueología: diez propuestas. *Complutum*, 23(2), 103–116. <https://doi.org/10.5209/rev-CMPL.2012.v23.n2.40878>
- González-Ruibal, A. (2014). Archaeology of the Contemporary Past. *Encyclopedia of Global Archaeology*, 1683–1694. [https://doi.org/10.1007/978-1-4419-0465-2\\_1320](https://doi.org/10.1007/978-1-4419-0465-2_1320)
- González-Ruibal, A. (2018). An Archaeology of the Contemporary Era. In González-Ruibal, A (Ed.), *An Archaeology of the Contemporary Era* (1st ed.). <https://doi.org/10.4324/9780429441752>
- Guimarães, C. F., Meneghel, S. N. & Oliveira, C. S. de. (2006). Subjetividade e estratégias de resistência na prisão. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(4). 632-645.
- Harrison, R. (2018). Arqueologias de futuros e presentes emergentes. *Vestígios*, 12(2), 81–104.
- Harrison, R., & Breithoff, E. (2017). Archaeologies of the Contemporary World. *Annual Review of Anthropology*, 46(1), 203–221. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102116-041401>
- Justamand, M., Mechi, P. S., & Funari, P. P. A. (2014). Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira. In P. S. Mechi & W. F. de Melo (Eds.), *Questões da Ditadura: vigilância, repressão, projetos e contestações* (pp. 28–43). Palmas: Eduft.
- Lima, T. A. (2011). Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 6(1). 11-23.
- Lourenço, L. C. & Almeida, O. L. de. (2013). Cultura do descontrole: notas sobre a dinâmica e estrutura das gangues prisionais no estado da Bahia. In Lourenço, L. C. & Gomes, G. L. R. (Org.) *Prisões e punição: no Brasil contemporâneo*. (pp. 45-76). Salvador: EDUFBA.
- McGuire, R. (1999). A arqueologia como ação política: o Projeto Guerra do Carvão do Colorado. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*.
- Mega, O. J., Ribeiro, W. dos S., & Lopes, M. F. (2014). Possibilidades de uma arqueologia “sincrônica”: ensaio sobre a arqueologia da “idade do plástico.” *Tessituras*, 2(1), 195–212.
- Merleau-Ponty, M. (1973). *Ciências do homem e fenomenologia*. São Paulo: Saraiva.
- Monteiro, M. R. R. (2019). *Grades para o eu, grades para o que me tornam*. Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras.
- Olivier, L. (2001). The archaeology of the contemporary past. In Buchli, V. & Lucas, G. (Ed.) *Archaeologies of the contemporary past*. London and New York: Routledge.
- Orser Jr., C. & Funari, P. P. A. (2004). Arqueologia da resistência escrava. *Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, 1(2). 11-25.
- Pellini, J. R. (2014). Uma experiência de amadurecimento da arqueologia sul-americana. *Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. 2-13.
- Ramidoff, M. L. (2005). Mulheres reclusas. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. 113-126.
- Sá, A. A. de. (2004). Transdisciplinaridade e responsabilidade da academia na questão penitenciária. *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. 15-26.
- Scott, J. (2000). *Los dominados y el arte de la resistencia*. Discursos ocultos. Era: Ciudad de México.
- Thiesen, B. V. (2013). Antes Da Poeira Baixar: Reflexões Sobre Uma Arqueologia Do Passado Recente. *Revista Memorare*, 1(1), 222–226. <https://doi.org/10.19177/memorare.v1e12013222-226>
- Trigger, B. (2004). *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus.

Varella, D. (1999). *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras.

Varella, D. (2012). *Carcereiros*. São Paulo: Companhia das Letras.

Zarankin, A. (2001). *Paredes que Domesticam: arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires*. Universidade de Campinas.